

Ata Numero Dois de Dois Mil e Treze

Aos vinte e nove dias do mês de Abril de Dois Mil e treze, reuniu a Assembleia Municipal em sessão ordinária no auditório municipal, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- Ponto um – Período antes da ordem do dia; -----
- Ponto dois – Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes; -----
- Ponto três – Adenda à tabela de taxas, anexas ao Regulamento da Liquidação e Cobrança de taxas e outras receitas Municipais decorrente da adaptação ao decreto-Lei nº48/2011, de 1 de Abril e demais diplomas adaptados ao decreto-Lei nº92/2010, de 26 de Junho - Proposta de aprovação; -----
- Ponto quatro – Adesão ao Pacto dos Autarcas – Proposta de aprovação; -----
- Ponto cinco – Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano 2012 – Apreciação e Votação; -----
- Ponto seis – Período aberto ao público; -----

Presentes os membros Eduardo Cassiano Nogueira Pinto de Miranda, Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Carvalho Kendall, primeiro Secretário, Paulo Jorge Lacerda Cabral das Neves Lopes, segundo Secretário, Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, António César Vicente Nunes, Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves, Carlos Manuel Pombo Soares Silva, André Filipe Miranda Monteiro, Manuel Pinto de Sousa (PS), Maximiano Pereira Correia, Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, Altino de Sousa, Maria Teresa Freitas Alves Lúcio, Jorge Emanuel Machado Alves Cardoso, José Monteiro da Fonseca, Manuel José Miranda Ferreira, José da Fonseca Alves, Arnaldo Ribeiro de Queirós, José Maria Cardoso Carreira, Elisabete Maria Silva Custódio (PPD/PSD). -----

Presenças dos membros da Câmara Municipal: Alberto Pereira Monteiro, Presidente da Câmara, Nuno Vasco de Almeida Machado (PS), Marco António Teixeira da Silva, António José Rodrigues Teixeira (PPD/PSD). -----

O Presidente da Assembleia abriu a sessão às vinte e uma horas e vinte minutos, colocou à votação a ata anterior, a qual foi aprovada por maioria com duas abstenções da bancada do PSD. -----

Passando ao ponto um, o senhor deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio questionou o senhor Presidente da Câmara relativamente à pedra que se encontra a ocupar a via pública da estrada de Oliveira para o Granjão. O senhor deputado Carlos Manuel Pombo Soares Silva usou da palavra para congratular o Sport Clube de Mesão Frio, pelo título conquistado de campeão distrital de Juniores, a Santa Casa da Misericórdia, pela

aquisição da escola de Barqueiros e os Bombeiros Voluntários de Mesão Frio pelo evento comemorativo do septuagésimo quinto aniversário. Aproveitou ainda para repudiar o/os autor/es das duas missivas anónimas que circulam no Concelho bem como a seriedade das mesmas e dessa forma de fazer política. O senhor Presidente da Assembleia usou da palavra e lançou um desafio para as duas bancadas no sentido de apresentarem modelos de desenvolvimento futuro do Concelho. O senhor Presidente da Câmara respondeu ao senhor deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio dizendo que não sabe de quem é a pedra pois sabe apenas que há um grande investimento em muros no Concelho e que os empreiteiros tiveram a oportunidade de explorar pedra gratuitamente no desaterro do parque de estacionamento da Régua, pelo que provavelmente a mesma se destina à reconstrução de muros em parcelas próximas da estrada. Respondendo ao senhor deputado Carlos Manuel Pombo Soares Silva, absteve-se de se pronunciar sobre a escola de Barqueiros uma vez que dirige a instituição em causa, afirmou-se ainda vaidoso pelas instituições deste Concelho, nomeadamente os Bombeiros Voluntários, a Cruz Vermelha, Santa Casa da Misericórdia, Sport Clube de Mesão Frio e Adegas Cooperativas pois são faladas pelos bons motivos. Terminou informando que pretende levar à próxima reunião de Câmara a atribuição de um voto de louvor à equipa de juniores bem com aos treinadores e dirigentes do Sport Clube de Mesão Frio. O senhor deputado Maximiano Pereira Correia pediu a palavra questionando o senhor Presidente da Câmara se sabe quais os empreiteiros proprietários da pedra e se os munícipes iriam ter alguma benesse pelo facto da pedra ser obtida e armazenada gratuitamente na via pública. -----
Passando ao ponto dois o senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia relativa à atividade institucional, à gestão Financeira, ao património, aos recursos humanos e às obras sem curso. Aproveitou ainda para salientar o esforço da equipa que no fim-de-semana da Páscoa trabalhou para fazer face aos problemas causados pela intempérie. ---
Posto isto, o senhor Presidente da Assembleia pôs à discussão o ponto três. Explicado o motivo da adenda pelo senhor Presidente da Câmara o Senhor deputado Maximiano Pereira Correia informou que a sua bancada se iria abster. Posto a votação foi aprovado com nove votos a favor, da bancada do PS e doze abstenções da bancada do PSD.-----
Passando ao ponto quatro, Adesão ao Pacto dos Autarcas, posto à votação foi aprovado por unanimidade, conforme a proposta da Câmara. -----
Aberto o ponto cinco foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que apresentou os documentos de prestação de contas, salientando que a taxa de execução foi de setenta e cinco por cento. Referiu que a dívida baixou, apesar da queda das receitas correntes. Apresentou vários gráficos comparativos salientando que este foi um ano

excepcional em termos despesas de investimento. Este fez questão de referir que no ano de dois mil e doze tudo que se comprou foi pago. Pedindo a palavra o senhor deputado Maximiano Pereira Correia referiu que as obras que o senhor Presidente da Câmara apresentou foram candidatas e aprovadas pelo anterior executivo pelo que gostaria de saber quais as obras para o próximo mandato. Afirmou que o saneamento financeiro serviu precisamente para a resolução das dívidas a terceiros e diminuição do prazo médio de pagamento. Coloca em dúvida o valor da redução da dívida, salientando que a receita da venda de património está aqui incluída bem como a redução da despesa com pessoal. Realça ainda que no plano de saneamento financeiro deveria haver um superavit superior a duzentos mil euros e terminou lembrando que este plano não previa a venda de património, o que acabou por se verificar. O senhor deputado Carlos Manuel Pombo Soares Silva usou da palavra registando com agrado que finalmente a bancada do PSD reconheceu que este executivo teve um legado mau. Relembrou que este plano de saneamento financeiro apenas foi viabilizado por um voto a favor de um presidente de junta do PSD pois toda a restante bancada se absteve. Este referiu-se às obras realizadas por este executivo recordando que em dois mil e nove o investimento feito correspondia ao aumento da dívida. Já no ano de dois mil e doze foi possível executar as obras planificadas, pagá-las e reduzir a dívida. Este recordou a promessa do estádio de Barqueiros e do pavilhão multiusos garantindo que este executivo nunca os iria realizar. Salientou ainda a diminuição das transferências do Estado para a autarquia, que neste momento é credora do Estado, havendo em simultâneo um aumento das responsabilidades sociais e educativas por parte da autarquia. Este terminou lembrando a venda de património por parte do anterior executivo, nomeadamente o Bairro Francisco Sá Carneiro e o benefício da Quinta da Câmara, questionando se esses teriam sido bons movimentos financeiros. O senhor deputado Maximiano Pereira Correia respondeu que a aprovação do Plano de Saneamento Financeiro se deveu aos Presidentes de Junta do PSD e não apenas a um. Este referiu que o legado do anterior executivo não tem só aspetos negativos mas também positivos. A senhora deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves pediu a palavra para afirmar que, na sua opinião, lamentável foi a necessidade de se recorrer ao saneamento financeiro e lembra como aspetos positivos do anterior executivo apenas o lançamento de candidaturas de várias obras, das quais nem o projeto estava pago. O senhor deputado Maximiano Pereira Correia afirmou que o PSD já pagou politicamente por esses erros mas realçou que a dívida se refere a cerca de vinte anos de mandato e com obra feita. -----

O senhor vereador Marco António Teixeira da Silva pediu a defesa da honra a qual não lhe foi concedida pela Mesa da Assembleia por esta não interpretar qualquer ofensa à honra do mesmo. O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para recordar que em dois mil e cinco foi feito um empréstimo de saneamento financeiro, mas dívida não parou de subir. Este lembrou que o anterior executivo fez trinta e três empréstimos em dez anos. Terminou lembrando o investimento realizado neste mandato que é de cerca de dez milhões de euros e que não vende apenas património pois também adquiriu. Acrescentou que se anterior executivo lançou as candidaturas às atuais obras foi este executivo que as exequíveis, alterando os projetos uma vez que estes eram megalómanos. O ponto cinco foi posto a votação e aprovado por maioria, com dez votos a favor da bancada do PS e um do PSD e onze abstenções da bancada do PSD. -----
O senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto seis não havendo qualquer inscrição. Lida ata em minuta foi aprovada por unanimidade.-----
Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão às vinte e três horas e trinta minutos.

O Presidente da Assembleia:

O Primeiro Secretário:

O Segundo Secretário: